

## **A atuação dos setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras na Campanha da Legalidade e a consolidação do Movimento dos Sargentos**

CÉSAR DANIEL DE ASSIS ROLIM\*

A renúncia do então presidente eleito, Jânio Quadros, com uma considerável votação<sup>1</sup> na eleição de 1960, incentivou a ascensão de atores sociais importantes para o cenário político-militar da conjuntura estudada: a aparição de uma maneira destacada do Movimento dos Sargentos<sup>2</sup> e a atuação política de Leonel Brizola em defesa da posse do então vice-presidente João Goulart. Os sargentos atuaram de maneira decisiva na crise política, envolvendo a mobilização social incentivada pelo então governo sul-riograndense.

O presente trabalho pretende apontar as ações dos subalternos militares, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas, no sentido de impedir a mobilização golpista em apoio às decisões dos ministros militares de se contrapor à regulamentação constitucional. Para tanto, são fundamentais os relatos dos atores envolvidos diretamente nos acontecimentos dessa conjuntura.

Com uma minoria no Câmara Federal<sup>3</sup>, Quadros assumiu o governo defendendo a ideia de combate à corrupção na administração pública<sup>4</sup>, em relação às ações internas. Na sua política externa, com Afonso Arinos de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores, permitiu o primeiro choque com os seus apoiadores. Essa política, no entendimento de Skidmore (1982, p. 245-246), correspondia à intenção de diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com três grandes

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Jânio Quadros (PTN-UDN-PDC) obteve 5.636.623 de votos (48%) contra 3.846.825 (32%) de Henrique Teixeira Lott (PSD-PTB) e 2.195.709 (20%) de Adhemar de Barros do PSP (CARONE, 1985, p. 139).

<sup>2</sup> Parucker (1992, p. 51) aponta que a primeira aparição do Movimento dos Sargentos na conjuntura de 1961-1964, para o grande público, foi durante a grave crise institucional: a renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart.

<sup>3</sup> O quadro de predomínio dos setores pessedistas (117 cadeiras) e petebistas (62 cadeiras), ou seja, os partidos apoiadores de Quadros, não teriam a maioria suficiente para apoiá-lo (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1964, p. 20).

<sup>4</sup> Quadros atacou a ineficiência burocrática através da emissão de bilhetinhos presidenciais. Com os pitorescos bilhetinhos convertia os seus ministros em meros executores de determinações presidenciais (BENEVIDES, 1981, p. 32).

potências: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o bloco soviético. À esquerda nacionalista o neutralismo externo aplicado por Quadros poderia soar bem, como aponta Ney de Moura Calixto<sup>5</sup>:

*O governo do Jânio adotava uma postura surpreendente. Tínhamos apoiado o marechal Lott para presidência por ser ele nacionalista e estar em aliança com o PTB. Mas depois de ter assumido o poder, Jânio fez tudo que não esperávamos dele. Até do Brizola ele aproximou-se. Presenciei um pronunciamento dele, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, onde ele afirmou que, depois de ter se reunido com Brizola e outros governadores da região sul, precisava de mais um político como Brizola para resolver o problema do país (CALIXTO, 2008).*

A dubiedade de Quadros inquietava os setores udenistas que o apoiaram decisivamente para a sua eleição em 1960. A ação política de Quadros adquiria uma característica contraditória, pois aplicava duras políticas econômicas em termos internos, apesar de sua política externa independente. A preocupação de Quadros foi, como indica Bandeira (2001, p. 47), efetivamente criar condições para que pudesse ter as mãos livres na política interna, isto é, para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais. A renúncia atenderia aos anseios antidemocráticos de Quadros. Ela poderia consolidar as intenções golpistas no sentido de sensibilizar diversos setores sociais, inclusive as Forças Armadas. “A sociedade seria convencida da necessidade de sua volta com plenos poderes numa ação no sentido de fortalecer a autoridade do governo, que estaria desaparelhado para enfrentar os problemas do país, sem, contudo, alterar os aspectos fundamentais da mecânica democrática” (QUADROS; FRANCO, 1967, p. 236-246).

O viés mais conservador de seu governo foi caracterizado com a escolha dos seus ministros militares. No Ministério da Guerra, manteve o marechal Odílio Denys, que substituíra o marechal Lott no final do governo Kubitschek, com a candidatura desse marechal à Presidência. A pasta da Aeronáutica ficou sob o comando do brigadeiro Grun Moss, que era lacerdista e ligado ao IBAD, e de Sílvio Heck, ligado também ao grupo dos entreguistas das Forças Armadas. Outros postos militares de seu governo também refletiam um conservadorismo. Dreyfus (1986, p. 127) lembra que o governo foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da Escola Superior de Guerra:

---

<sup>5</sup> Ney de Moura Calixto era sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul, e participou ativamente dos acontecimentos dessa Zona militar.

coronel Golbery do Couto e Silva (chefe do Gabinete da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, auxiliado pelo tenente-coronel João Batista Figueiredo), tenente-coronel Walter Pires de Carvalho (do Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações) e Cordeiro de Farias (chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo coronel Ernesto Geisel como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da guarnição-chave sediada em Brasília).

A crise da sucessão de Quadros se inicia com a denúncia de Lacerda, no dia 24 de agosto, de que havia sido convidado por Jânio, através do ministro da Justiça Pedroso Horta, para executar um golpe. Na manhã seguinte, dia do soldado, Quadros renunciou à presidência sob a alegação de que forças terríveis levantaram-se contra ele, difamando-o. Para decepção de Quadros, segundo Felizardo (1991, p. 21), o povo não se manifestou e o Congresso aceitou a renúncia. Diversos manifestos foram lançados já no dia 25 do mesmo mês de agosto. Alguns, como afirma Labaki (1986, p. 53), até defendendo o retorno de Quadros – como o dos governadores de Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Pará e São Paulo -, outros, defendendo a legalidade constitucional democrática – o dos dirigentes sindicais da Guanabara e do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara, e até um de Carlos Lacerda, que também advertia para não se acreditar em boatos e servir de instrumentos às agitações, que seriam reprimidas dentro da lei.

Leonel Brizola, governador do Estado do Rio Grande do Sul, divulgou um manifesto ao final do dia, indicando sua surpresa com o acontecimento e declarando apoio à ascensão de João Goulart, então em viagem à China, ao primeiro posto da nação. No mesmo documento, Brizola afirma a:

*Nossa intolerável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos dos seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo (ÚLTIMA HORA, 28 de agosto de 1961, p. 1).*

A defesa imediata do regime democrático e da ascensão de Goulart à Presidência repercute nos meios civis e militares. No dia seguinte, 26 de agosto, é divulgado o manifesto do marechal Henrique Teixeira Lott, uma das principais lideranças dos setores nacionalistas. Esse militar, reconhecido como um legalista pelos setores castrenses, em candente pronunciamento clama:

*[...] sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria (ÚLTIMA HORA, 26 de agosto de 1961, p. 20).*

Lott se coloca, portanto, desde o primeiro momento em favor da legalidade e posse de Goulart, o que decorre em sua prisão. Apesar da detenção do marechal Lott após a divulgação do manifesto, começam as primeiras manifestações militares legalistas. Distante de Porto Alegre surgia a primeira reação à renúncia de Quadros. Na 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC), com sede em Santiago, o general-de-brigada Oromar Osório assumiu prontamente a defesa da Constituição, colocando-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart, que começava sua viagem de regresso ao Brasil depois de visitar a União Soviética e a China. Em outro ponto do Estado, segundo Kuhn (2004, p. 42), tão logo soube da renúncia do presidente, o general-de-divisão Pery Beviláqua<sup>6</sup>, comandante da 3ª Divisão de Infantaria com sede em Santa Maria, propôs oferecer a Jânio Quadros uma base territorial onde pudesse governar livremente.

Brizola, no dia seguinte à renúncia de Quadros, lança um apelo aos militares legalistas no sentido de não se aproximarem das ações golpistas da cúpula militar, que custava a aceitar a posse de Goulart. Tendo por objetivo sensibilizar as forças militares progressistas, Brizola afirmou que:

*Não pensem esses grupos reacionários que contarão com as Forças Armadas. Já se enganaram. Nossos soldados são filhos do povo. Os militares, sejam do Exército, Marinha ou Aeronáutica, jamais aceitarão a missão degradante de serem feitores de um país estrangeiro. Nossos soldados são brasileiros, e pela legalidade e soberania do Brasil estarão sempre ao lado do povo (FOLHA DA TARDE, 26 de agosto de 1961, p. 11)*

A interpelação às forças democráticas e populares é nítida no pronunciamento de Brizola. A origem comum (“soldados brasileiros”) é lembrada como forma de mobilizar os setores castrenses em defesa da preservação da democracia.

---

<sup>6</sup> Esse mesmo general Beviláqua muda subitamente de posição nos acontecimentos de março de 1964 apoiando as ações golpistas.

A documentação, divulgada pela imprensa meses após a crise militar de agosto de 1961, comprova as pressões exercidas pelo Ministério da Guerra em relação ao III Exército no sentido de impedir uma possível reação legalista. O ministro da Guerra, já no dia 25 de agosto, divulgava a seguinte mensagem:

*10:00 – RIGOROSA PRONTIDÃO PARA TODO III EXÉRCITO, TRANSMITIDA PELA FONIA, DO RIO PARA O CH EM IIIEX.  
17 – RÁDIO RECEBIDO DO SR. MINISTRO DA GUERRA:  
URGENTE – CMT III EXÉRCITO – PALEGRE, RIO GRANDE DO SUL.  
Nº 125 – D2 – CIRCULAR DE 25 AGO 61 PT COMUNICO VOASSENIA SENHOR JANIO QUADROS ACABA RENUNCIAR PRESIDÊNCIA REPUBLICA PT ASSUMIU GOVERNO VG ACORDO PARÁGRAFO PRIMEIRO ARTIGO SETENTA NOVE CONSTITUIÇÃO VG SENHOR RANIERI MAZZILI VG PRESIDENTE CÂMARA DEPUTADOS BG ESTANDO PRESENTES MINISTROS MARINHA VG GUERRA ET AERONÁUTICA PT SITUAÇÃO COMPLETA CALMA TODO PAÍS PT MAR ODYLIO DENYS MINISTRO GUERRA PT (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 7)*

O ministro da Guerra procurava demonstrar uma normalidade “democrática” com a ascensão de Ranieri Mazzili à Presidência. A mensagem vinha no sentido de comunicar que o presidente da Câmara dos Deputados estava assumindo a Presidência da República devido à renúncia de Quadros. As mensagens continuam como uma tentativa de tranquilizar a situação e impedir qualquer reação contrária ao golpe que estava sendo colocado em prática. No dia 27, Machado Lopes envia uma mensagem colocando o ministro a par da situação no Estado:

*01:20 – Rádio enviado ao Sr. Ministro:  
GOV BRIZOLA DECLAROU-ME RESISTIRÁ CONTRA AÇÃO IMPEÇA POSSE JG PT COORDENA AÇÃO BM NESSE SENTIDO PT TENHO PERCEBIDO GRANDE NÚMERO OFICIAIS IDEIA SER MANTIDO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL VG INCLUSIVE CM 3º DI ET 1º CE PT TODAS UNIDADES CUMPRINDO ORDENS MANUTENÇÃO ORDEM PÚBLICA PT SITUAÇÃO TENSA PORÉM CALMA TODO III EXÉRCITO PT.  
03:04- Mensagem recebida do Sr. ministro da Guerra:  
ELEMENTOS COMUNISTAS CONGRESSO ESTÃO PERTURBANDO ENCONTRO SOLUÇÃO LEGAL CRISE DECORRENTE RENÚNCIA PRESIDENTE PT MARECHAL LOTT ENVOLVIDO POR TAIS AGITADORES LANÇOU MANIFESTO SUBVERSIVO FORÇANDO MINISTRO GUERRA DETERMINAR SUA PRISÃO PT MINISTRO PRETENDE DEFENDER INSTITUIÇÕES ET MANTER A LEI ET ORDEM EM TODO PAÍS MESMO QUE PARA ISSO TENHA QUE IMPEDIR POSSE JANGO PT CONVENIENTE CHAMAR ET RETER QUALQUEER PROTEXTO CMT 3º DI ET 1º DC PORTO ALEGRE PT.  
0310 – MENSAGEM ENVIADA PARA O SR. MINISTRO:*

*“ENTENDIDO VG VOU PROVIDENCIAR PT SITUAÇÃO PALEGRE MUITO TENSA PT GOVERNADOR BRIZOLA ORGANIZOU DEFESA PALÁCIO ET PARECE TER DISTRIBUÍDO ARMAMENTO CIVIS SEUS ADEPTOS PT ESTOU VIGILANTE MANUTENÇÃO ORDEM PT SERIA DE TODO CONVENIENTE ENCONTRAR SOLUÇÃO LEGAL PT GEN MACHADO LOPES, CMT III EX.” (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 7)*

A preocupação com uma mobilização de resistência às articulações golpistas é nítida no comunicado entre os oficiais. Como consequência das primeiras ações de resistência ao possível golpe que estava sendo proporcionado pela cúpula militar golpista, já no dia 25 de agosto as tropas da 5ª Zona Aérea foram colocadas em prontidão, aquartelada e armada. “Nós aqui do 5º Comar, da Base Aérea, estávamos em prontidão, nós éramos mais de 200 sargentos. Havia 12 aviões Gloster e cada avião com bombas de 250 libras, com raio de ação de 1000 metros quadrados” (CALIXTO, 2008). Através do relato de Ney Calixto depreende-se que tão pronto foi repassada a ordem de bombardeio ao Palácio, os sargentos da referida unidade em Canoas colocaram-se contrários à drástica ação que traria consequências trágicas. Adotaram, portanto, uma postura de defesa da ordem constitucional contrariando as determinações antidemocráticas de alguns oficiais.

O ambiente era intenso em preocupações por todos os setores. Especialmente a partir da informação divulgada de que o governador do Estado supostamente estaria enviando tropas de ferroviários, com o apoio do III Exército para invadir a Base. Com isso, os aviões foram armados e preparados para qualquer ação.

Segundo Édio Erig<sup>7</sup>, todos estavam preocupados com o desenrolar dos acontecimentos. Erig afirma que:

*Havíamos estranhado a retirada apressada de todos os familiares, até mesmo de empregadas domésticas, dos oficiais, da vila residencial próxima em aviões de transporte com destino ignorado. Tive acesso ao radiograma do Ministério da Guerra que indicava a necessidade de conter o governador Brizola e que, se preciso fosse, o Palácio deveria ser bombardeado. Depois disso, entreguei o radiograma ao oficial de dia que regressava do refeitório. Ele levou a mensagem ao Coronel Comandante Honório Pinto Pereira Neto, que reuniu a tropa e comunicou a todos que havia recebido a ordem de bombardeio, mas que não iria cumpri-la (ERIG, 2008).*

---

<sup>7</sup> Édio Emigdio Erig, em 1961, era 1º sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas. Tendo ingressado na Escola de Especialistas Sargentos da Aeronáutica, em São Paulo, no ano de 1949. Formou-se em 1950 na sub-especialidade de sistemas hidráulicos, que acompanha trem de pouso.

O clima na Base Aérea, portanto, era de extrema tensão assim como em diversas regiões militares. A discussão entre o Comandante Machado Lopes e o ministro da Guerra foi um dos fatores determinantes para a tomada de posição legalista dos comandantes militares, especialmente do III Exército. A troca de mensagens entre ambos foi se radicalizando a ponto de levar o Ministério da Guerra a ordenar drásticas atitudes contra a mobilização promovida por Brizola:

*09:45 – Foi recebida pelo III Exército a seguinte ordem do Sr ministro da Guerra (transmitida em fonia):*

*“O GEN ORLANDO GEISEL TRANSMITE AO GEN MACHADO LOPES, CMT III EX, A SEGUINTE ORDEM DO MINISTRO DA GUERRA:*

*O III EXÉRCITO DEVE COMPELIR IMEDIATAMENTE O SR LEONEL BRIZOLA A PÔR TERMO A AÇÃO SUBVERSIVA QUE VEM DESENVOLVENDO E QUE SE TRADUZ PELO DESLOCAMENTO E CONCENTRAÇÃO DE TROPAS E OUTRAS MEDIDAS QUE COMPETEM EXCLUSIVAMENTE AS FORÇAS ARMADAS.*

*O GOVERNADOR COLOCOU-SE, ASSIM, FORA DA LEGALIDADE. O CMT DO III EX ATUE COM A MÁXIMA ENERGIA E PRESTEZA.*

*FAÇA CONVERGIR SOBRE PORTO ALEGRE TODA A TROPA DO RIO GRANDE DO SUL QUE JULGAR CONVENIENTE, INCLUSIVE A 5ª DI, SE NECESSÁRIO.*

*EMPREGUE A AERONÁUTICA, REALIZANDO INCLUSIVE O BOMBARDEIO, SE NECESSÁRIO.*

*ESTÁ A CAMINHO DO RGS UMA FORÇA-TAREFA DA MARINHA.*

*QUAL O REFORÇO DE TROPA QUE NECESSITA?*

*AQUI HÁ UM BOATO DE QUE O GEN MURICY VIRIA AO RIO. O MINISTRO DA GUERRA NÃO QUER ACREDITAR NESTA NOTÍCIA E JULGA QUE O MOMENTO NÃO É MAIS PARA PARLAMENTAR, MAS REQUER AÇÃO FIRME E IMEDIATA.*

*O MINISTRO DA GUERRA CONFIA EM QUE A TROPA DO III EX CUMPRIRÁ O SEU DEVER.”*

*10:00 – EM RESPOSTA O CMT DO III EX DECLAROU AO GEN GEISEL QUE NÃO CUMPRIRIA A ORDEM RECEBIDA, POR NÃO ENCONTRAR APOIO LEGAL.*

*10:30 – O GEN MURICY FOI MANDADO DO RIO, PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO NO ESTADO DO RGS, PARTICULARMENTE EM PORTO ALEGRE, BEM COMO A DAS TROPAS NELE ESTACIONADAS.*

*11:00 – O CMT III EX COMPARECE AO PALÁCIO PIRATINI PARA LEVAR AO CONHECIMENTO DO GOVERNADOR BRIZOLA A DECISÃO QUE VINHA DE TOMAR, BEM COMO SOLICITAR AO GOVERNADOR DO ESTADO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA QUE MODERASSE OS ATOS DE EXALTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA QUE VINHA PRATICANDO, INCLUSIVE A DEVOLUÇÃO DA RÁDIO GUAÍBA. PELO GOVERNADOR BRIZOLA FOI –LHE PROMETIDO O ACATAMENTO A ESSAS SOLICITAÇÕES (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 8).*

A ordem de bombardeio ao Palácio foi rechaçada por Machado Lopes. Depois da divulgação dessa ordem de bombardeio, o III Exército definitivamente ingressa na

Campanha da Legalidade<sup>8</sup>. Machado Lopes, em categórica resposta, indica sua posição de desvinculação com o comando militar do ministro da Guerra:

*MINISTRO GUERRA – RIO – Nº 264 E2 DE 30 AGO 61 – TERCEIRO EXÉRCITO PERFEITAMENTE COESO NÃO MAIS ACATARÁ ORDENS VEXCIA ET AGIRAH POR CONTA PRÓPRIA DENTRO DA IDEIA DE MANTER O REGIME LIBERAL DEMOCRATA CRISTÃO VG ASSEGURANDO INTEGRAL EXECUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO VIGENTE SEM QUALQUER MODIFICAÇÃO NELA SEJA PORVENTURA INTRODUZIDA PT GEN MACHADO LOPES, Cmt III Ex. (ÚLTIMA HORA, 28 de agosto de 1961, p. 4).*

A repercussão do não acatamento da ordem de bombardeio por parte do III Exército, e a conseqüente aproximação de Machado Lopes com o movimento de defesa da posse de Goulart, foi de grande monta na Base de Canoas. Segundo Édio Erig (2008), o Comandante fez questão de dizer que não cumpriria a ordem de bombardeio. O capitão Danton Pinheiro Machado ainda falou à tropa, tentando influenciá-lo. Como pairava no ar o receio de uma ação das tropas do Exército, os suboficiais e sargentos continuaram preocupados com a possibilidade de que as esquadrilhas de caça poderiam decolar para alguma missão de ataque.

As desconfianças de que algo estaria para acontecer se comprovaram quando o sargento Álvaro Moreira de Oliveira Filho foi até o Esquadrão, onde encontra o major Cassiano Pereira, que era favorável ao golpe, fazendo uma preleção justificando a missão que deveriam cumprir, mas já sentindo a reação contrária dos sargentos, segundo Avelino Iost. Este militar era aspirante a oficial da Base Aérea, tendo ingressado na Escola de Sargentos da Aeronáutica (ESA), no final da década de 1940. Iost vivenciou de perto todos os acontecimentos da Base Aérea de Canoas e afirmou do momento de tentativa de iniciar a operação de decolagem:

*Quando os oficiais, reunidos no hangar do 1/14º G. Aviação, se viram anulados na tentativa de decolagem, se dirigiram aos cabos e soldados, mas nada conseguindo. A ordem do major Cassiano era de deslocamento do 1/14º imediatamente. Um suboficial ainda questionou se estavam defendendo a Constituição. A resposta foi dada pelo major Cassiano, de que militar cumpre ordens. Enquanto que o capitão Alfredo Daudt, oficial efetivo da base, se manifestou afirmando que estava preocupado e que não queria envolver-se em outra aventura tipo Jacareacanga (IOST, 2008).*

---

<sup>8</sup> “O III Exército está com a legalidade. Os seus tanques, que até então amedrontavam a população gaúcha, diante do silêncio dos seus chefes militares, serão usados de agora em diante, se preciso for, para a defesa da Constituição do país” (ÚLTIMA HORA. 28 de agosto de 1961. p. 4).

A postura de defesa da Constituição contrastaria, segundo o relato anterior, com as tentativas golpistas de determinados setores militares ligados a UDN e Carlos Lacerda, especialmente no episódio mencionado de Jacareacanga<sup>9</sup> e Aragarças<sup>10</sup> contra a posse de Kubitschek. Esse fato demonstra a contrariedade em cumprir uma ordem antidemocrática por parte dos sargentos. O comandante Passos<sup>11</sup> comunicou a Machado Lopes que não aceitaria o bombardeio. A partir daí os sargentos impediram qualquer possibilidade de decolagem dos aviões para o bombardeio, o que foi noticiado por *Última Hora*:

*Suboficiais e sargentos da Base Aérea de Canoas impediram, ontem, que Porto Alegre fosse bombardeada por aviões da 5ª zona aérea, obedecendo à determinação do ministro da Guerra. Colocando-se firmemente ao lado da causa legalista, os subalternos não acataram as ordens de carregar com bombas e artilharia os jatos que deveriam decolar em missão de combate visando – ao que tudo indicava – à destruição do Palácio Piratini, onde o governador Brizola acabava de receber o apoio do III Exército. Agindo prudente e eficientemente, os suboficiais e sargentos passaram a retirar dos aviões as peças para vôo. Essa ação provocou uma nova reação dos oficiais, contida com seu confinamento a um dos hangares da base. Declarava-se a sublevação e, desde então, o controle efetivo daquela unidade da Força Aérea Brasileira está nas mãos dos subalternos. Somente mediante a intervenção dos oficiais legalistas, o ambiente foi se tornando mais tranquilo, com os suboficiais e sargentos passando a acatar as ordens que não contrariassem suas convicções legalistas, ficando acertado desde logo o afastamento de seus respectivos postos dos oficiais favoráveis ao golpe (ÚLTIMA HORA. 29 de agosto de 1961. p. 2).*

---

<sup>9</sup> Kubitschek tomou posse em 31 de janeiro de 1956, mas em 11 de fevereiro o major-aviador Haroldo Veloso e o capitão-aviador José Lameirão renderam o oficial-de-dia do Campo dos Afonsos, arrombaram o hangar e decolaram com um avião de caça e combate rumo à Base do Cachimbo, e de lá para Jacareacanga, no sul do Pará. Queriam sublevar efetivos militares contra o governo. Chegaram a dominar algumas regiões e a cidade de Santarém, a revolta durou dezoito dias. Foi sufocada, definitivamente, em 29 de fevereiro. Os rebeldes se refugiaram na Bolívia e foram anistiados pouco depois pelo presidente Juscelino.

<sup>10</sup> Anistiado, o major Haroldo Veloso, junto com o tenente-coronel João Paulo Burnier, tentou iniciar um movimento para derrubar Kubitschek. Partiram no dia dois de dezembro de 1959 do Rio de Janeiro, com três aviões Douglas C-47 e um avião comercial sequestrado da Panair, e de Belo Horizonte com um avião particular, rumo a Aragarças, em Goiás. Intentavam ataques que não conseguiram. A revolta durou apenas 36 horas e seus líderes fugiram de avião para o Paraguai, Bolívia e Argentina. Somente retornaram ao Brasil no Governo Jânio Quadros.

<sup>11</sup> Kuhn (2004, p. 56-57) lembra que o general Muricy telefonou ao brigadeiro Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, solicitando um avião para as primeiras horas da manhã. Conforme combinara com Machado Lopes, Muricy viajaria ao Rio para expor ao ministro da Guerra a situação no Rio Grande do Sul. Diante de Machado Lopes, Muricy e do general Sílvio Santa Rosa, comandante da 6ª DI, afirmou que a ordem era para efetuar vôos rasantes na região do Palácio com o objetivo de amedrontar Brizola.

Caracterizados como legalistas, os sargentos dessa Base Aérea ganharam notoriedade por contrariarem as ordens antidemocráticas dos oficiais. A quebra da hierarquia para evitar o bombardeio foi marcante para as hostes militares. Após esse fato, o coronel Honório, um dos comandantes golpistas, constatou que os aviões de combate estavam impedidos de decolar. Iost (2008) afirma que esse coronel pediu a suboficiais e sargentos que deixassem decolar um avião T-6 desarmado, para que ele enviasse um oficial ao Ministério da Aeronáutica. A resposta foi que o impedimento era para aviões que estivessem armados. O coronel, reconhecendo a situação, resolveu se render. Apresentou-se ao Machado Lopes, no III Exército. Essa passagem de comando aconteceu nas primeiras horas do dia 29 de agosto, com o major Mário de Oliveira substituindo Honório. Soube-se à noite que o bombardeio sobre o Palácio estava marcado “para as 14:30 horas, exatamente quando se concentrava uma enorme multidão à frente do Palácio Piratini e após ter o brigadeiro Aureliano Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, informado que se solidarizava com a posição legalista do general Machado Lopes comandante do III Exército” (ÚLTIMA HORA, 29 de agosto de 1961, p. 2).

Ney Calixto lembra que havia percebido a gravidade da situação e resolveu organizar uma comissão para falar com Brizola. Chegando ao Piratini, os sargentos Moacir Paluszkeivz, Calixto e Álvaro Moreira, foram encaminhados ao III Exército. Solicitavam eles a intervenção do Exército para acalmar os ânimos exaltados na Base. Machado Lopes se dispôs a enviar uma tropa para a Base, e o major Mário Oliveira assumiria o Comando da Base indicado pela comissão:

*Moacir e eu fomos para o Palácio e Álvaro voltou à Base para relatar os contatos para os demais. Quando o major Léo Etchegoyen chegou até a base, enviado pelo III Exército, percebeu que o controle estava nas mãos dos suboficiais e sargentos. Os aviões já tinham sido desarmados (CALIXTO, 2008).*

O objetivo de Etchegoyen, afirma Erig (2008), era controlar a situação da Base desarmando os sargentos. O que conseguiu, dizendo que estava cumprindo ordens do general Machado Lopes e que os sargentos deveriam entregar as armas. Os sargentos confiaram e acabaram presos, ficando assim mais de quatro horas. Os aviões partiram, mas já estavam desarmados graças à ação dos sargentos. Iost (2008) aponta que a maioria dos oficiais que estavam apoiando o golpe fugiram.

A ameaça de bombardeio foi arrefecida, com os sargentos sendo os protagonistas da mobilização de resistência. Esta foi constatada também no Exército, especialmente no 18º Regimento de Infantaria (RI). Antônio de Pádua da Silva<sup>12</sup> afirma que o movimento dos sargentos, em agosto de 1961, se dividia em dois setores: “A importância da atuação dos sargentos deveu-se fundamentalmente aos da Aeronáutica, na Base Aérea de Canoas, onde eles desarticularam o bombardeio sobre o Palácio, e os do Exército no 18º RI, que era uma unidade que possuía muitos militares” (SILVA, 2008). Os acontecimentos em Canoas e no 18º RI foram decisivos entre os militares para evitar o bombardeio e bloquear a ação conspiratória de parte da oficialidade. Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que era sargento do Exército no período estudado, teve uma atuação destacada nos acontecimentos no 18º RI. Depois de solicitar pela segunda vez o reengajamento, o referido militar reingressa no Exército e passa a fazer parte da maior unidade do III Exército, em Porto Alegre. Sobre a unidade do 18º RI, Amadeu Ferreira afirma:

*Era a unidade com dois batalhões e seguramente 1500 homens. E ela foi o fiel da balança para que o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderisse à questão da legalidade que o Brizola havia levantado. Como punição, Machado Lopes foi transferido para o Rio e acabaram com a vida militar dele (FERREIRA, 2007, p. 55).*

Almoré Zoch Cavalheiro, que foi o sargento eleito para deputado estadual na Assembléia Legislativa sul-rio-grandense, em 1962, também estava no 18º RI no mês de agosto de 1961. Cavalheiro lembra que:

*Em 61 eu fazia parte do 18º RI uma das unidades que se sublevou contra o golpe impetrado pelos militares, que chamávamos de gorilas. Era o pessoal ligado ao lacerdismo e o udenismo. Na Legalidade começou a aparecer um posicionamento político dos sargentos. E já naquela época vivíamos a matriz de toda essa tendência de posicionamento político de todas as nações e seus segmentos escolhendo entre a bipolaridade da guerra fria. Ali começou a surgir forte o Movimento dos Sargentos. Estes tinham a posição mais nacionalista, e os oficiais tinham uma posição mais pró-americano ou filo-americano. Aí começou a dar o choque, e foi evoluindo e apresentando episódios posteriores, como o de lançar candidaturas para deputados federal e estadual (CAVALHEIRO, 2008).*

---

<sup>12</sup> Sendo um dos fundadores do PTB, juntamente com Leonel Brizola, o professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva, trabalhou como docente no Colégio Júlio de Castilhos e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; além disso, foi integrante do Movimento Nacionalista em Porto Alegre e militante do PTB.

O comando do 18º RI, como acontecia com a maioria dos oficiais, colocou-se a favor do golpe. Amadeu Felipe Ferreira afirma a postura conservadora do comando do Regimento do qual ele fazia parte:

*Serviam naquela época na unidade dois Mena Barreto, que têm uma tradição direitista muito forte: Luiz Carlos e Carlos Alberto. Eram comandantes de companhias. Como o comandante não tinha reunido a unidade para definir o lado a tomar, nós sabíamos que ele havia saído para uma reunião da 6ª Divisão de Infantaria para receber instruções. O comando, então, passou a ser interino. O general Machado Lopes ainda não tinha aderido, o general comandante da 6ª Divisão, Nestor Souto, era golpista, todo mundo sabia. E quando nós, sargentos, soubemos disso, conseguimos, através das lideranças, conversar entre nós e sentimos que todos os sargentos eram a favor da legalidade e estavam dispostos a bancar sua posição (FERREIRA, 2007, p. 56).*

Nota-se a constatação da existência de setores castrenses contra Goulart. Militares esses que eram classificados como gorilas, golpistas e udenistas pelos setores que se classificavam como nacionalistas democráticos. Com a percepção por parte dos sargentos de que a mobilização golpista estava sendo articulada, os mesmos procuraram uma forma de conter e destituir o comando da unidade do 18º RI. Após o comandante ter saído da unidade com Luiz Carlos Mena Barreto, os sargentos decidiram mudar a guarda da barreira colocando guardas de sua confiança. A intenção era parar o jipe do comando quando voltasse, e saber da posição do coronel se ele retornasse à unidade, mas se ele não voltasse, quem viesse para o 18º RI seria preso pelos sargentos. “Fui para a guarda juntamente com o Bengoechea. Levamos soldados escolhidos a dedo. Antes disso, reunimos a tropa e explicamos a situação. Com isso recebemos a completa adesão à resistência” (FERREIRA, 2007, p. 56). A acolhida da ideia de resistência, por parte de um considerável contingente dos subalternos militares no Regimento referido, impediu qualquer ação conspiratória contra o regime democrático.

Nem o coronel, tampouco Mena Barreto, como previsto, retornou à unidade. Quem chegou foi o capitão Alencastro Guimarães, que também participava do golpe. Perguntado sobre o paradeiro do comandante, Alencastro não respondeu, sendo preso naquele momento. Bengoechea avisou o restante dos oficiais de que precisava decidir a questão da unidade, pois o capitão estava preso. Com isso, Ferreira afirma que os sargentos começaram a tomar conta da situação nas dez companhias:

*Começaram a colocar a soldadesca em forma, assumir o armamento, o comando de suas unidades. Os oficiais correram todos para o pavilhão do comando e a tropa cercou o local. E eu mantendo o Alencastro preso. Mandamos chamar o coronel em casa, avisamos que a unidade se rebelara, assumira a legalidade, mandamos avisar o Brizola, o III Exército, ligamos para os jornais, rádios e avisamos que o 18º RI estava pela legalidade e que os sargentos estavam no comando. Isso criou uma confusão danada. O coronel Peri, num primeiro momento, não sabia o que fazer. Acabou chegando à unidade umas três horas da manhã e o Alencastro estava preso desde as nove da noite. Falei a ele que a nossa fidelidade é para com a democracia, mas o senhor é o nosso representante nesse negócio e queremos agora que a cada reunião no quartel-general, em vez de o senhor levar os oficiais, vá com uma comissão de sargentos. Era a chance que tínhamos de chegar ao quartel-general e conversar com os outros sargentos e interferir na reunião. Foi a primeira vez que isso aconteceu no Brasil, tenho certeza (FERREIRA, 2007, p. 56).*

Tão pronto conseguiram controlar a situação no 18º RI, os sargentos buscaram comunicar as suas ações para Brizola, como cita Ferreira anteriormente. A atuação desses militares procurava apoiar-se na Campanha da Legalidade. Tão pronto Brizola foi comunicado da situação no 18º RI, ele divulgou na Cadeia da Legalidade. Esse canal de comunicação foi possibilitado pela tomada dos aparelhos da Rádio Guaíba de Porto Alegre, no dia 27 de agosto:

*Cerca do meio dia de ontem, um grupo de choque da Guarda de Choque da Polícia Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba, situados no segundo andar do edifício da Cia. Jornalística Caldas Júnior. O comandante do pelotão apresentou à direção daquela emissora um ofício assinado pelo próprio governador do Estado, no qual comunicava que a partir daquele momento a Rádio Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública. Acrescentava que a emissora passaria a ser operada diretamente da sala de imprensa do Palácio Piratini, determinando que, para esse fim, fosse estabelecida ligação direta entre a sede do governo e o transmissor da rádio, na Ilha da Pintada (FOLHA DA TARDE, 28 de agosto de 1961, p. 1).*

As comunicações do Executivo sul-rio-grandense passaram a ser transmitidas temporariamente pela Rádio Guaíba consolidando a Cadeia da Legalidade. A tomada da aparelhagem da emissora foi realizado pela Polícia Civil. Brizola passa assim a realizar seus pronunciamentos diretamente do Palácio tendo um alcance privilegiado ajudando a desestabilizar possibilidade de ação golpista dentro dos quartéis, mesmo considerando o fato de que a maioria do oficialato era contrária à posse de Goulart. José Wilson da

Silva<sup>13</sup> indica que a maioria dos subalternos militares estava ao lado da ordem constitucional:

*Acredito que em torno de 15% da oficialidade era popular, nacionalista, progressista. Porém, não mais que isso. Enquanto que existia um percentual em torno também de 15% de oficiais de direita ou filo-americanos ou americanófilos. O restante, ou seja, 70% eram funcionários e procuravam não se envolver diretamente nas discussões políticas. Essa imensa maioria de oficiais iria para o lado de quem “saltasse” na frente, ou seja, gritasse primeiro. Se a maioria dos oficiais não se envolvia diretamente com a conjuntura política, a esmagadora maioria, cerca de 80% dos suboficiais, sargentos, cabos apoiava Brizola (SILVA, 2008).*

O posicionamento político dos oficiais, para o referido tenente, era nítido em apenas um pequeno percentual. A imensa maioria, portanto, era de “funcionários” que obedeceriam determinações na medida que um dos lados prevalecesse sobre o outro. Alguns oficiais que propugnavam o golpe em andamento, em agosto de 1961, foram afastados de seus postos. Porém, outros que foram designados para alguns postos adotaram uma postura de combate aos setores reformistas. Quando a situação se acalmou, o coronel Peri Zimerman foi transferido e quem assumiu o comando do 18º RI foi Plácido de Castro. Segundo Amadeu Ferreira (2007, p. 57), ele era arbitrário e foi designado para “consertar” o Regimento, com transferências<sup>14</sup>, que passou a ser conhecido como “Exército Vermelho”.

Antes ainda da chegada do presidente Goulart em Porto Alegre, ocorre mais uma tentativa de golpe por parte do udenismo militar. Dez oficiais da FAB tentaram impedir o desembarque do presidente Goulart no aeroporto de Brasília. O acontecimento foi assim descrito por *Última Hora*:

*Dez oficiais, cujos nomes não são ainda conhecidos, chegaram a preparar caças a jato para fazer voos rasantes sobre o aeródromo na hora da chegada. Ao saberem dessa intenção dos oficiais baderneiros, sargentos, cabos e soldados da FAB tomaram a decisão enérgica: cercaram seus superiores e os encerraram num avião, até que todos se retirassem do aeroporto. Presume-se que nem mesmo as altas autoridades da FAB, presentes do desembarque, tiveram conhecimento do fato, já que tudo se desenrolou sob grande sigilo (ÚLTIMA HORA, 31 de agosto de 1961, p. 3).*

---

<sup>13</sup> José Wilson da Silva ingressou no Exército no ano de 1952, vindo como 1º sargento para Porto Alegre no ano de 1959. Foi eleito vereador pelo município de Porto Alegre, na eleição de 1963, pela legenda do PTB. Cassado, já ocupando a patente de 2º tenente, pelo o golpe civil-militar de 1964.

<sup>14</sup> Por seu envolvimento na legalidade e principalmente no protagonismo que atingiu, juntamente com o sargento Bengoechea, Amadeu Ferreira foi transferido para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando como uma das lideranças do Movimento dos Sargentos, que iniciava seu processo de crescimento e considerável atuação.

A pressão contra Goulart permanecia até mesmo em sua chegada na capital federal. Paralelo a isso, os sargentos procuravam defender a posse do presidente da República e bloquear a ação dos conspiradores. No dia dois de setembro, todavia, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda parlamentarista que impediu a posse com plenos poderes por parte de Goulart, o que só aconteceu após o plebiscito realizado no início do ano de 1963. Com considerável apoio dos deputados pessedistas e petebistas, “a Câmara aprovou na reunião de hoje em sessão que terminou às 3 e 15 manhã, a emenda parlamentarista” (ÚLTIMA HORA, 2 de setembro de 1961, p. 10). O parlamentarismo serviu para a manutenção do regime democrático<sup>15</sup>, atendendo aos anseios de setores conservadores e dos grupos pró-reformas (nacionalistas), apesar de colocar consideráveis dificuldades para Goulart tirando-lhe os plenos poderes.

A atuação dos marinheiros durante a Campanha da Legalidade foi importante. Paulo da Luz, então marinheiro do Navio Hidrográfico Canopus, comenta que durante a Campanha da Legalidade:

*Trabalhava no Navio Hidrográfico Canopus que não tinha armas, pois trabalhava com levantamento de hidrografia e navegação e profundidade do mar. A Marinha rachou: oficialidade de um lado e os marinheiros de outro. Mas sempre tinha oficiais que ficavam do nosso lado. A Esquadra veio toda para nossa costa, próximo de Torres, aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Se acontecesse alguma coisa iria dar um morticínio brutal, pois o Exército foi para a costa para evitar o desembarque da Marinha. Meu navio não tinha arma, não podíamos vir para cá. Risco de que Brizola pegasse o navio. Foi para a Ilha da Trindade e ficou lá, acabamos não participando, pois o navio ficou lá. Ficamos sabendo que a Esquadra estava toda aqui com seus porta-aviões, torpedeiros, o Barroso Pereira estava aqui também, os navios de transporte, estavam todos aqui. E o III Exército todo na costa. A marujada estava determinada para que se fosse dada a ordem de bombardeio, os marujos apontariam as armas para os oficiais, ao invés de atirar para a costa, ou seja, contra o III Exército. Os sargentos, praças e alguns oficiais estavam ao lado do Brizola. Se dessem a ordem de bombardeio ocorreria a rebelião (LUZ, 2008).*

---

<sup>15</sup> Segundo Figueiredo (1993, p. 187-188), em agosto de 1961, a democracia foi mantida porque os conservadores se asseguraram de que, com a mudança para o regime parlamentarista, seriam capazes de manter sob controle o rumo e o ritmo das reformas. Grupos esquerdistas e pró-reformas exigiam que as regras constitucionais para a sucessão presidencial fossem estritamente observadas a fim de assegurar a Goulart a plenitude de poderes que a Constituição investia a presidência da República. Para os conservadores, desejosos de protelar mudanças mais radicais, o regime parlamentarista representou a solução institucional mais conveniente. Entretanto, a conjunção de interesses de grupos políticos diversos impediu o governo parlamentarista de funcionar efetivamente. No meio da crise sucessória Goulart havia escolhido uma estratégia ‘avessa a risco’, ou seja, a que lhe assegurasse poder, ainda que limitado. Assim que assumiu o cargo, sua primeira prioridade foi a luta pelo pleno poder presidencial. Para esse fim, obteve total e incondicional apoio dos grupos esquerdistas e nacionalistas.

O depoimento salienta que os marinheiros estavam dispostos a contrariar qualquer determinação do oficialato no sentido de impedir a posse de Goulart. A hierarquia estaria abalada se preciso fosse. Antônio Duarte (2009) aponta que existiram dois casos de rebelião na Marinha durante a Campanha da Legalidade. Em duas embarcações distintas ocorre a sublevação entre os marinheiros que não iriam cumprir a determinação do almirantado. No primeiro exemplo de ‘rebelião’, ocorre a adesão da tripulação do contratorpedeiro Ajuricaba aos legalistas de Leonel Brizola. A segunda ‘rebelião’ foi desencadeada na desobediência do comandante de outro contratorpedeiro, Bracuí<sup>16</sup>, atracado no porto de Recife, às ordens do comandante do Terceiro Distrito Naval, que estava na conspiração contra a posse de Goulart.

No caso a rebelião do contratorpedeiro Ajuricaba, segundo Gregório Banar (BANAR apud. DUARTE, 2009, p. <sup>17</sup>, o navio havia zarpado do Rio de Janeiro, nos dias que se sucederam a renúncia, com destino ao porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com a missão de reconhecimento, e de, em caso de necessidade, bloquear o porto contra os “legalistas” do governador Leonel Brizola. Banar<sup>18</sup> afirma que:

*Após quase uma semana no mar, ao se aproximar do porto de Rio Grande, o navio foi dominado pela guarnição, sob o comando de um suboficial, chefe das comunicações de telegrafia. Os oficiais foram aprisionados, e a guarnição aderiu à chamada Cadeia da Legalidade. Quando chegou ao porto, o navio foi controlado por oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, fiéis ao governador que lutava pela posse do vice-presidente. A tripulação do navio foi autorizada a ‘baixar terra’ – na linguagem naval – e aos oficiais foi permitida, inclusive, a manutenção de suas armas de defesa pessoal (BANAR apud. DUARTE, 2009, p. 25).*

A rebelião no Ajuricaba consubstanciava-se na atuação dos marinheiros para a defesa das ações de Brizola e aprisionamento dos oficiais conspiradores. Nota-se a correlação entre os subalternos militares, marinheiros e militares de outras Armas, e as ações em defesa da ordem democrática. A Campanha da Legalidade fortaleceu a aliança

---

<sup>16</sup> “Ninguém aqui do navio vai desembarcar para apoiar o golpe!” Essa foi a determinação para a marujada do navio Bracuí segundo Raimundo Porfírio Costa que afirma a sua admiração por Leonel Brizola inicia pela própria origem humilde e pelo fato de que seus pais serem trabalhistas. COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

<sup>17</sup> Gregório Banar era marinheiro de segunda classe. BANAR, Gregório. Depoimento. In: DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009. p. 25.

<sup>18</sup> *Idem*.

entre os militares e civis nacionalistas em defesa da posse de Goulart e apoio as ações do mesmo.

Neste trabalho procurou-se analisar a ação dos subalternos militares durante os acontecimentos de agosto de 1961. A atuação dos sargentos, bem como a dos marinheiros, na Campanha da Legalidade consolidou uma aproximação ainda maior dos militares nacionalistas com setores civis progressistas. Alguns setores das esquerdas nacionalistas passaram a considerar que, através a inserção nos quartéis, poderia fortalecer a legitimidade do governo Goulart, especialmente após a mobilização popular em garantia aos princípios constitucionais.

Especialmente nas ações ocorridas na 5ª Zona Aérea de Canoas e no 18º RI, com os sargentos tomando posição em favor da posse de Goulart, os militares subalternos passaram a adquirir um maior prestígio junto ao trabalhismo. Isso permitiu a aproximação de muitos militares com o PTB, que foi a legenda que abarcou muitos sargentos e suboficiais nas eleições legislativas no ano subsequente a Campanha da Legalidade.

#### **BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS**

- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Brasília: Ed Unb, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal II – Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama Editora, 2009.
- FARIAS, Cordeiro de. Depoimento. In: CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia e reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

#### **PERIÓDICOS CONSULTADOS:**

O CRUZEIRO. 1961.

COOJORNAL. Porto Alegre (1978-1982).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre (1961).

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre (1961).

#### **DOCUMENTAÇÃO**

BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961.

RESUMO HISTÓRICO DOS 91 ANOS DE EXISTÊNCIA DO CLUBE MILITAR (1887-1978). Vol. 16. 8ª parte. O Clube Militar em mais 3 biênios (1960-1966). Rio de Janeiro: Clube Militar, 1961.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos das Eleições Federal, Estadual e Municipal. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

#### **ENTREVISTAS**

CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

LUZ, Paulo Ritter da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Taquara: [s.l.], 2008.

SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [junho/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.